



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Elitis Suzana da Silva Costa¹ - Unifesspa
Hildete Pereira dos Anjos² - Unifesspa

Agência Financiadora: PIBIC/PROFIT

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Educação Inclusiva

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto “Dinâmicas Socioeducacionais no Sudeste do Pará: Políticas Públicas e Diversidade”; estuda quais são e como se configuram as relações entre as políticas educacionais relativas à deficiência e as dinâmicas socioeducacionais no sudeste do Pará, buscando dentro disso apontar os limites e as possibilidades das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio a escolarização de alunos em situação de deficiências.

Traz uma revisão dos textos de Michels (2006), Bezerra *et al* (2014), Vasques *et al* (2013) e Américo *et al* (2014), relacionando-os com a análise de conteúdo das memórias das 22 professoras das salas de recursos do município de Marabá.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste projeto foi desenvolvida através de levantamento bibliográfico de textos que abordam as políticas públicas na educação inclusiva, leituras, fichamentos e revisão bibliográfica dos artigos científicos de Michels (2006), Bezerra *et al* (2014), Vasques *et al* (2013) e Américo *et al* (2014). Análise de um quadro com as falas das 22 professoras das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM’s, onde destacamos trechos relacionados à realidade da implantação de políticas públicas inclusivas em Marabá, após isso analisamos e relacionamos com o material pesquisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca por textos recentes para serem embasamento teórico de uma pesquisa a respeito de políticas públicas de inclusão, encontramos os trabalhos de Michels (2006), Bezerra *et al* (2014), Vasques *et al* (2013) e Américo *et al* (2014). Vejamos quais foram as principais contribuições:

Michels (2006) apresenta uma pesquisa qualitativa, realizada com professores e alunos deficientes no Brasil com tema voltado para organização escolar, formação docente e inclusão; cujo objetivo principal é discutir as formas organizativas que a política educacional atual indica à escola: nessa perspectiva o professor é visto como agente principal na gestão e inclusão escolar. A autora conclui que a reforma educacional está ligada a reestruturação do sistema capitalista; nesse contexto a sociedade civil é convidada a também se responsabilizar com educação das pessoas das classes populares. Para melhorar a gestão, a autora considera necessário descentralizar algumas ações, a escola assume a responsabilidade da ação educativa com a condição de pensar em inovar de maneira política e social.

Bezerra *et al* (2014) apresentam uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de defender uma releitura crítica das políticas de educação. Os autores encerram o texto realizando uma comparação entre o passado e o presente no cenário da educação especial e convidam aos leitores para uma análise crítica das políticas públicas em educação, ressalta um olhar diferenciado para o interior da escola, revisão de práticas

¹Graduanda em Lic. em Matemática, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA, e-mail: elitissussu@hotmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/UNIFESSPA). E-mail: anjoshildete@unifesspa.edu.br.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

pedagógicas que possam contemplar anseios e necessidades, utilizando alguns trechos metafóricos utilizando personagens da mitologia grega, com estes reforçam as reivindicações da inclusão.

Vasques *et al* (2013) apresentam uma pesquisa qualitativa, realizada com os sujeitos da educação especial, especificamente aqueles com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), no Brasil; os autores discutem a implementação das diretrizes inclusivas considerando o texto político e seus efeitos no contexto da prática. Finalizam com abordagens sobre as diretrizes inclusivas como algo inovador na educação especial, o direito à igualdade, as diferenças sendo tratadas como identidades, reconhecimento do outro como igual para reafirmar o direito universal à educação e reforça o que deve ser foco principal da escola e das políticas públicas de inclusão que são as novas “possibilidades de ser”.

Américo *et al* (2014) apresentam uma pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa com uma dimensão quantitativa e descritiva, trata-se de um estudo multimétodo realizado em duas etapas, no Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo geral de compreender, na perspectiva do formalismo, o impacto do Decreto nº 6.571/2008 na gestão da educação inclusiva no Brasil, em especial, na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.

Na tentativa de realizar a inclusão, nos processos educacionais ocorrem falta de descentralização das ações, pouca qualificação docente e aparato escolar que ofereça suporte educacional ao aluno deficiente. Com isso ocorrem divergências entre o modelo de inclusão proposto pelo Ministério da Educação e o que é realizado *in loco* no município. É cada vez mais evidente a responsabilização das ações de inclusão aos professores e gestores das escolas, a seguir:

[...] as unidades escolares acabam por assumir a responsabilidade pela ação educativa, convertendo-se, então, em foco privilegiado da gestão. É sobre a escola que incidem as exigências pela formação de uma nova “mentalidade” política e social. (MICHELS, 2006, p.421)

Ressaltamos que a escola, nesse caso, fica com o papel de executar as ações propostas pelas políticas educacionais, a ela cabe a responsabilidade de concretizar as ações mais importantes nesse contexto, que é o de formar cidadãos, de forma igualitária e com objetivo de oportunizar o aprendizado dos alunos, é necessário rever esse pensamento, pois não cabe somente a escola o poder de resolver os problemas da educação.

Nas leituras realizadas para esse trabalho um profissional se destaca: a ele cabe a tarefa de partilhar o conhecimento com todos alunos, muitas vezes sem a formação necessária, recursos ou boas condições de trabalho, o professor inter-relaciona conclusões acerca do processo inclusivo e se desdobra para acompanhar as mudanças na legislação.

Desta maneira, podemos notar a variação de níveis e tipos de formação de professores possibilitada pela atual legislação para a educação especial. Assim como para a educação regular, a proposta de formação de professores para a educação especial fortalece a tese de permanência e naturalização da ambiguidade quanto ao nível de formação. (MICHELS, 2006, p.11)

Para a autora, é necessário repensar essa ideia de realizar formação continuada dos professores sempre que algo não dá certo, pois permanece a concepção de que os sucessos e fracassos estão sempre ligados a este profissional, se faz necessário, portanto, rever as políticas educacionais.

Para Vasques *et al* (2013), na legislação é reconhecido a igualdade e diversidade, embora no ambiente escolar as ações fujam desta afirmação, no sentido que é perceptível a ideia do diferente como desigual e isso resulta em inserir o aluno em sala de aula com o pensamento que é o suficiente apenas essa ação para realizar a inclusão.

AS FALAS DAS PROFESSORAS ACERCA DAS POLÍTICAS



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

Em 2011 o Grupo de Estudos e Pesquisas do Núcleo de Educação Especial – GEPNEES realizou uma pesquisa formação com vinte duas professoras das salas de recursos multifuncionais no município de Marabá, que resultou em entrevistas com relatos a respeito de suas trajetórias na educação inclusiva. A ênfase nas falas das professoras chama a atenção para a análise de Michels (2006): o professor é tido como o elo principal entre as políticas públicas inclusivas e os alunos com deficiência. É importante ter formação continuada dos professores adequada para que possam atuar. Nas falas das professoras é possível vivenciar que não teve esse preparo antes do primeiro contato.

Tive um aluno surdo e um cego na sala, de uma vez. Quando eu vi esses alunos na 5ª série fiquei quase louca, em parafuso, fui no coordenador e disse: “eu não vou dar aula para esses meninos, eu não tenho curso, eu não tenho formação para dar aulas para eles eu não quero de jeito nem um”. (W, p.3, L.9)

No relato da professora W. chama a atenção a sua surpresa ao encontrar alunos com necessidades educacionais distintas em sua turma, sem mesmo ter sido comunicada previamente, muito menos ter recebido formação adicional para atender as especificidades desses alunos. Baseado em Michels (2006), na perspectiva de inclusão o professor assume o papel de gestor e tem sua formação colocada como fator preponderante no processo de ensino dos alunos com deficiência, para tanto mudam-se as políticas inclusivas, o discurso permanece, mas o apoio que o professor recebeu para atuar na educação é precário, que é facilmente reconhecido na fala da professora E.:

Mas como a gente tem aquela concepção que para trabalhar com deficiente você tem que estar preparada... Na verdade não existe essa preparação, é o corpo a corpo mesmo que ensina. Eu tive aluno especial, mas com aquela mentalidade que: tinha que ter uma preparação para receber esse aluno. (E, p.14, L.25)

O relato da professora E. trouxe elementos que traduzem essa realidade da inclusão em Marabá, pois retratou o modo como começou a inserção aluno no ensino comum, sem planejamento prévio, o que é pra se tratar de inclusão acaba se tornando um processo excludente tanto ao professor quanto ao aluno. Para reforçar essa mudança na educação especial e como foi realizada, trazemos a fala da professora I.:

Até que houve a questão da inclusão. É que a inclusão, quando veio, veio assim. veio bruta mesmo, de baixo para cima, uma coisa sufocante. Porque quando esses meninos foram pra sala que não tinha mais a professora lá para ajudar, que era eles que tinham que ser incluídos, era a escola que tinha que se preparar pra eles, mais como? ESCLARECER? Ficou muito difícil, tanto para mim como pra eles. (I, p.69, L.23)

Nesse trecho a professora I. deixa clara sua experiência vivenciada na implantação desse processo inclusivo e sua indignação quanto ao cumprimento das políticas públicas inclusivas em Marabá, que começaram sem planejamento, deixando professores e alunos em situação desconfortável, não houve esclarecimento, planejamento e tampouco preocupação com a reação das pessoas envolvidas nesse processo e para ressaltar a ideia com Américo *et al* (2014):

Diante das constantes mudanças na legislação, e na orientação política das diversas instâncias da educação brasileira, a pressão coercitiva impõe dinâmicas aceleradas de adaptação, prática e discursiva, que são compartilhadas pelos agentes e organizações. (AMÉRICO, p.26)

Para os autores é nítido o porquê dessa correria em incluir, colocar os alunos na sala regular de qualquer forma, a qualquer preço para cumprir o que foi “determinado” o quanto antes, sem ao menos preparar os envolvidos nessa causa.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

Contudo é importante ressaltar, que mesmo nas dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos com deficiência, é possível enxergar superações compondo os relatos, de professoras que buscavam lutar contra a realidade encontrada nas escolas, como na fala abaixo:

Uma vez fiquei, um pouco, perdida. Foram chegando os cursos, e eu fui fazendo, mas nada que nos desse uma receita pronta para trabalhar: “É isso aqui que vai resolver!”. Eu abracei, porque entendi...Quando você é mãe pela primeira vez, não tem nenhuma experiência para lidar com a criança, mas você vai aprendendo. Encarei dessa forma, vou aprendendo no dia-dia com eles, e ainda continuo aprendendo. (S, p. 65, L.21)

A professora S. vem dizer que a vontade do docente de fazer a diferença, mesmo não sendo respeitado, é primordial. A busca pelo conhecimento, motivação para ensinar os alunos, a aceitação de que não existem receitas e o próprio desejo de transpor as dificuldades são elementos transformadores desse processo de inclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para refletir a respeito dos textos lidos é possível observar de que forma as mudanças na legislação e influências internacionais no campo da inclusão tem acontecido, o que antes tinha um modelo educação específica aos alunos deficientes, doravante torna-se diferente quando se propõe a inserção desse aluno no ensino comum. Vimos que as políticas públicas inclusivas em nosso país são realizadas de forma vertical e a legislação que rege a educação em algumas realidades não surte o resultado que se propõe, isso ficou muito claro nos relatos das professoras. E o público alvo principal nesse processo, que são os alunos com deficiência, fica sem as possibilidades de usufruir as condições educacionais que lhe são de direito.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. Ensaio: aval. pol.públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Novas (re)configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope.** Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56, p.101-122, jan.-mar. 2014.

MICHELS, Maria Helena. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar.** Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 406-423, set./dez. 2006.

SANTOS, Beatriz et al. **Coletânea Histórias de Vida das Professoras das Salas Multifuncionais em Marabá** [não publicado], 2011.

VASQUES, Carla K.; MOSCHEN, Simone; GURSKI, Roselene. **Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2013.